
DOSSIÊ 10 ANOS DA LEI 10.639/03

Maria Alice Rezende Gonçalves^(*)
Elielma Ayres Machado^(**)

EDITORIAL

A diversidade de experimentos e os diferentes níveis de adesão e experimentação são o diagnóstico do que ocorreu nos últimos 10 anos de implementação da lei em todo o país. O início dos anos 2000 aponta para uma mudança de paradigmas no sistema ensino a partir de alterações na lei de diretrizes e base da educação brasileira (1996) que introduzem a história e cultura dos afro-brasileiros, indígenas e africanos no sistema de ensino nacional. Abrimos nosso dossiê prestando uma homenagem a professora doutora Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, intelectual preocupada com as questões étnico-raciais nos deixou precocemente neste ano. Entre os artigos que se seguem está educadora presta uma das suas últimas contribuições no debate sobre a criação e implementação da lei 10.639/03. Temas como a intelectualidade negra, a participação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros no processo de implementação, a questão da patrimonialização da cultura material e imaterial, e a avaliação da lei 10.639/03 são tratados nos artigos que compõem o Dossiê. Esperamos que a reflexão elaborada pelos autores de várias regiões de nosso país possa contribuir para a avaliação e para o desenvolvimento de novos experimentos que possibilitem a implementação plena e a avaliação da lei 10.639/03.

Iniciaremos com os artigos que tratam dos temas: intelectuais negros, núcleos de estudos afro-brasileiros e política educacional do início de século XXI. O artigo “Processos formativos e as contribuições dos núcleos de estudos afro-brasileiros da Ufes e da UFRRJ” de Ahyas Siss, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto e Otair Fernandes de Oliveira destaca o papel dos núcleos de estudos afro-brasileiros e da intelectualidade negro na formação de educadores para o cumprimento dos objetivos da lei 10.639/03. Em “Abdias do Nascimento e a Lei 10.639/03” Maria Nilza da Silva destaca a contribuição de daqueles que, ao longo do século XX, lutaram para que a cultura e os estudos afro-brasileiros e africanos fossem considerados e reconhecidos como conteúdo obrigatório na educação no Brasil. É com esse propósito que a autora faz referência à contribuição ímpar de Abdias do Nascimento. No artigo “O contexto histórico das políticas racializadas e a emergência de novas etnicidades. E “*A Emergência do discurso “Racializado” no Sistema de Ensino: as possibilidades e desafios da Lei 10639/03*”, Maria Alice Rezende Gonçalves e Vinícius Oliveira

^(*) Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

^(**) Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Pereira descrever o contexto histórico que tornou possível a obrigatoriedade da lei 10.639/03 bem como apontar algumas conquistas obtidas nesses últimos 10 anos como a emergência dos “afro-brasileiros” como novos atores no cenário das políticas educacionais dos anos 2000.

A partir de dados coletados na pesquisa nacional Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03 sob a coordenação de Nilma Lino GOMES (2013) com a participação de vários Núcleos de Estudos Afro-brasileiros das universidades públicas e financiada pela Unesco/Secadi, o artigo “A lei 10.639/03 em escolas da região Centro-Oeste elementos que facilitam e que dificultam sua implantação” de Maria Lucia Rodrigues Muller apresenta os dados obtidos em escolas da região centro-oeste. Procurando discutir as ações e as diferentes percepções dos atores envolvidos, professores e gestores, na implementação de práticas pedagógicas que favoreçam a implementação do artigo 26-A da LDB (modificado pela lei 10.639/03, a autora conclui que apesar de a escolar ser um espaço complexo e multifacetado, as ações dessas equipes, têm um peso importante na articulação, ou na negação, de práticas pedagógicas antirracistas, que visem à educação das relações étnico-raciais.

Procurando abordar questões direcionadas ao cotidiano escolar, o artigo “A História que não é contada: narrativas docentes sobre a escolha do livro didático e a lei 10.639/03” de *Tânia Mara Pedroso Müller analisa* a lei 10.639/2003 e a Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 e interroga se a lei e o parecer promoveram alterações na dinâmica de avaliação e escolha dos livros didáticos adquiridos pelo Governo e enviados trienalmente para a escola pública, referendados no Guia do Livro Didático, tendo como base os documentos legais e as narrativas docentes.

Patrimonialização da cultura afro-brasileira, outra face do processo de implementação da lei 10.639/03 é abordado em “A lei 10.639 e a patrimonialização da cultura: quilombos, Serra da Barriga e *Palmares* – primeiros percursos “ de Ana Carolina Lourenço Santos da Silva e Flávio Gomes. Os autores apresentam caminhos para uma abordagem sobre as conexões entre memória, patrimônio cultural, políticas públicas e movimentos sociais. Tomando como referência a história de *Palmares* (a maior comunidade de escravos fugidos nas Américas no século XVII), a simbologia étnica contemporânea, os debates sobre as comunidades remanescentes de quilombos e o tombamento de sítios arqueológicos lançam algumas (primeiras) luzes sobre os sentidos e discursos cruzados envolvendo vários setores sociais (intelectuais, órgãos públicos, movimentos sociais e agendas políticas).

Caminhos e possibilidades da lei 10.639/03 são apontados no artigo “Geometria, Geometrização e Arte Afro Islâmica” de Henrique Cunha Junior. No campo do ensino das culturas

e história africana, o autor apresenta trabalhos nas áreas de tecnologia, da matemática e informática. Um dos trabalhos para formação de professores na área de Arte e Matemática foi o desenvolvimento do projeto Afro Arte Matemática. Dentro deste uma das etapas é a introdução de exercícios de geometria com a finalidade de reprodução de painéis islâmicos encontrados na arte africana. Neste artigo o autor apresenta as linhas gerais do experimento.

Faz parte do Dossiê a Entrevista. Assim, contaremos com a contribuição, expressa por meio de entrevista, da professora doutora Iolanda Eustaquio de Oliveira da Universidade Federal Fluminense. Como educadora, pesquisadora, militante da educação para as relações étnico-raciais Iolanda de Oliveira tem contribuído de forma qualitativa para o avanço do debate e da consolidação da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos no espaço escolar.

Apresentamos duas resenhas sobre a literatura atual sobre os 10 anos da lei 10.639/03 elaboradas por Elielma Ayres Machado e Maria Lucia Rodrigues Muller.

Por meio desses artigos, resenhas e da entrevista com o Professora Doutora Iolanda de Oliveira, o Dossiê 10 anos da lei 10.639/03 pretende estimular o debate, apontar desdobramentos e contribuir para a avaliação das medidas e experimentos realizados visando o cumprimento da referida lei. E finalmente, cabe agradecer o convite da *Revista Teias* para elaborarmos o Dossiê 10 anos da lei 10.639/03 bem como a acolhida da ideia inicial, proposta por Elielma Ayres Machado, de debruçarmos sobre o tema da educação das relações étnico-raciais em uma das edições da revista.